

# AGRICULTURA FAMILIAR EM ITINGUÇU – ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS(SP) <sup>1</sup>

*Nilce da Penha Migueles Panzutti<sup>2</sup>*

**RESUMO** – O estudo realiza um diagnóstico de problemas e aponta algumas soluções para a agricultura familiar de Itinguçu, um bairro na fronteira da Estação Ecológica Juréia-Itatins(SP). Utilizando-se a combinação e adaptação de métodos participativos e etnográficos, foram feitas entrevistas com os moradores e profissionais que atuam e atuaram na área durante as últimas três décadas. Os resultados obtidos elencam os impactos sócio-econômicos que vem afetando a população e apontam algumas alternativas no sentido de restabelecer uma inserção sócio-econômica dos agricultores de subsistência, direcionada para uma sustentabilidade que associe homem e natureza.

**Palavras-chave:** diagnóstico rápido participativo, agricultura familiar, meio ambiente.

## **INTRODUÇÃO**

O avanço do desenvolvimento econômico frequentemente transgride os limites naturais, induzindo a reações desordenadas e freqüentemente destruidoras que desequilibram o ambiente. As alterações dos ecossistemas desestabilizam o modo de vida das populações que deste dependem.

A EEJI pelo Decreto nº24.646, de 20/01/86 contém dentro de seus limites um conjunto de ecossistemas marinhos e formações de Mata Atlântica com alto grau de preservação e interdependência, configurando-a como um complexo único que se destaca pela biodiversidade (CAMPOS, 1992, citado por MARQUES E VACCARO, 1992).

Sua criação e existência nos fala da transformação de um espaço privado em público e de um processo de mudança da relação homem-natureza assim como da condição do morador que de posseiro passa a transgressor.

Dentre as questões ambientais, uma das mais importantes em relação à produção agrícola é a contradição que se estabelece entre a necessidade de conservação do importante patrimônio biofísico e as restrições às práticas agropecuárias e agrofloretais, desembocando na marginalização das comunidades que vivem em estreita relação de dependência com a natureza.

Pensando nessas questões sócio-ambientais é que realizou-se um diagnóstico da agricultura familiar de Itingucú, um dos 22 núcleos de população da Estação Ecológica Juréia-Itatins.

O presente estudo pretende constituir uma base para pesquisa comparativa dos demais núcleos da Unidade de Conservação.

## **OBJETIVOS**

A pesquisa teve como objetivo a realização do diagnóstico da agricultura familiar de subsistência de Itinguçu, um bairro da Estação Ecológica Juréia-Itatins.

---

<sup>1</sup> Este artigo é produto do projeto APTA/SAA 3.200000-15 financiado pelo PRONAF. Participaram do levantamento de campo: Maria Magdalena Matte Hiriart, Melissa Migueles Panzutti e Vera Tschipschin Francisco. A autora agradece as especiais colaborações da Eng<sup>o</sup> Florestal Cláudia Macedo Reis e da Socióloga Maria Magdalena Matte Hiriart.

<sup>2</sup> Socióloga, MS, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola-IEA, [panzutti@iea.sp.gov.br](mailto:panzutti@iea.sp.gov.br)  
Av. Miguel Stefano, 3.900, Agua Funda, 04047-970, São Paulo, SP (e-mail: [panzutti@iea.sp.gov.br](mailto:panzutti@iea.sp.gov.br))

Procurou-se respostas para as indagações relativas às possibilidades de preservação da biodiversidade do ecossistema incluindo a população humana em seu "habitat" atual.

Num momento em que todos os movimentos da economia local e mundial levam à exclusão social, este trabalho pretende contribuir para o levantamento de formas de inclusão sócio-econômica.

### ***METODOLOGIA***

O estudo foi realizado com a combinação e adaptação de métodos participativos de diagnóstico (MUZILLI, 1997 ; MUZILLI, 1998); ZOPP (GTZ, 1987) e etnográficos (RICHARDS,1932; WILLEMS, 1947). Foram realizadas 40 entrevistas com as famílias presentes em Itinguçu, (aproximadamente 25), incluindo moradores com idade acima de 40 anos que ali moram desde antes da transformação do local em Estação Ecológica.

Efetou-se inicialmente um levantamento documental e bibliográfico sobre a Estação, de forma a se obter parâmetros para a pesquisa de campo, compreendendo o período de 1970 a 2000. O trabalho de reconhecimento de campo, realizado em duas ocasiões, antecedeu a coleta de depoimentos realizada em 2000. Depoimentos de profundidade direcionados por roteiro com espaço para o discurso livre, abordaram temas sobre: a agricultura familiar, condição sócio-econômica, organização comunitária, meio ambiente e situação fundiária.

Incluíram-se entre os entrevistados, moradores que deixaram Itingucú e profissionais que atuam ou atuaram na área (funcionários do Instituto Florestal, Agente de Saúde, Professor, ONG, funcionária do antigo DPRN-SAA e políticos da câmara municipal de Peruíbe).

Parte do diagnóstico de Itinguçu foi realizada a partir da observação da comunidade reunida, em discussão de seus problemas, relacionados à permanência e ao comércio local. Nessas ocasiões estiveram presentes autoridades locais - diretor e funcionários da EEJI e autoridades políticas (vereadores de Peruíbe) e representantes da Secretaria do Meio Ambiente, da CUT, da COATI (ONG nomeada pela Promotoria Pública de Peruíbe), da Secretaria de Educação de Iguape, da Associação dos Moradores de Barra do Una, do Sindicato da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e do PROTER-Iguape.

### ***A ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS***

A Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) é uma unidade de conservação situada na região do Vale do Ribeira, Litoral Sul do Estado de São Paulo, habitada por uma população aproximada de 1.031 pessoas (Instituto Florestal, 1995), distribuídas em 22 comunidades, das quais Itinguçu faz parte, que dependem de novas formas de utilização dos recursos naturais e da reordenação das atividades econômicas.

Da população ocupante da EEJI, significativo contingente (38.9%) se concentra na faixa etária que vai de 11 a 25 anos e outro que se distribui entre 26 e 60 anos (42.9%). Estes demandam atividades econômicas que garantam a sua sobrevivência e reprodução (Tabela 1).

**Tabela 1.** Distribuição Etária da População Residente na EEJI, Estado de São Paulo, 1995

Faixa etária	Homem	Mulher	Total	%
<= 5	0	0	0	-
De 6 a 10	18	18	36	3,49
de 11 a 15	82	78	160	15,52
de 16 a 20	61	76	137	13,29
de 21 a 25	55	49	104	10,09
de 26 a 30	44	37	81	7,86
de 31 a 35	41	40	81	7,86
de 36 a 40	26	24	50	4,85
de 41 a 45	41	35	76	7,37
de 46 a 50	25	15	40	3,88
de 51 a 55	32	24	56	5,43
de 56 a 60	36	23	59	5,72
de 61 a 65	28	17	45	4,36
de 66 a 70	28	13	41	3,98
>= 70	34	14	48	4,66
Não sabe	12	5	17	1,65
Total	563	468	1.031	100,0

Fonte: Instituto Florestal

A EEJI, bem como toda a região do Vale do Ribeira, tem uma malha fundiária complexa e confusa, com sobreposição de áreas devolutas, griladas ou de posse. Os moradores são nativos ou advindos de outros municípios de São Paulo mas, principalmente, do Nordeste.

A situação fundiária é uma questão séria, já que essas populações, sobretudo as tradicionais, não aceitam ser transferidas para regiões ecológica e culturalmente diferentes. Sobre a permanência ou não, ocorrem inúmeros conflitos entre a população tradicional, população adventícia e os órgãos encarregados da administração da Estação.

Existem na Juréia três tipos de moradores: a) os que nasceram e são filhos do lugar e os mais antigos, que se instalaram sem a preocupação com o título legal de posse e se encontram nessa condição até hoje; b) os posseiros que vieram de outras áreas de conflito e aí se instalaram, construindo casas e plantações, esperando algum dia obter a posse legal sem ameaça de expulsão; c) pequenos proprietários que têm título de propriedade, tendo recebido o mesmo de herança ou comprado de outra pessoa (QUEIROZ, 1992).

Ao longo destes anos, a Juréia vem passando por processos de regularizações fundiárias, incluindo-se algumas desapropriações. As ações expropriatórias encontram-se ajuizadas nas Comarcas de Iguape, Itariri e Itanhaém (Vara Distrital de Peruíbe).

Dados mais recentes, obtidos no Instituto Florestal, da situação fundiária e dominial da EEJI, mostram em 1998, 67.868,70 ha de áreas de domínio definitivo relativo e áreas sub-judice, representando 85% da área total de 79.830 ha, assim como 11.961,30 ha de áreas pendentes de regularização fundiária, representando 15%, aguardando a edição de novos Decretos Declaratórios de Utilidade Pública para fins de desapropriação (Tabelas 2 e 3, Gráfico 1).

A complexidade da situação da população quanto à posse e uso da terra evidencia-se nas inúmeras denominações ou conceitos jurídicos necessárias para definir o que ocorre na área<sup>3</sup>.

**Tabela 2. ÁREAS DE DOMÍNIO DEFINITIVO OU RELATIVO E ÁREAS SUB-JUDICE. EEJI. estado de São Paulo, 1998**

	<b>Há</b>	<b>%</b>
Domínio definitivo	3.470,97	4,35
Imissão de posse provisória	5.450,02	6,83
Ajuizadas	54.446,51	68,2
Desapropriação indireta	1.932,35	2,42
Julgadas devolutas não ajuizadas	1.036,40	1,30
Vagas não reivindicadas	1.532,45	1,90
<b>Total</b>	<b>67.868,70</b>	<b>85,00</b>

Fonte: Instituto Florestal

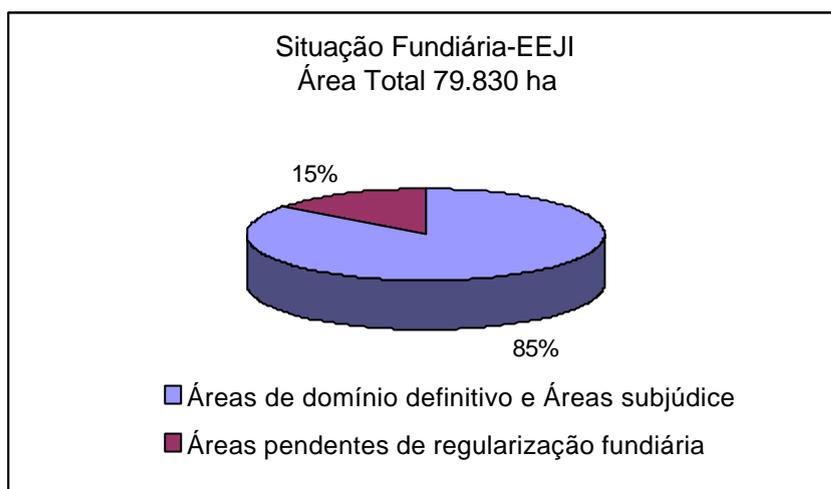
**Tabela 3. ÁREAS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. EEJI., Estado de São Paulo, 1998**

	<b>Ha</b>	<b>%</b>
Processos expropriação extintos	310,00	0,39
Não levantadas	1.145,02	1,43
Não ajuizadas por critérios PGE	2.769,43	3,37
Montagem de processos	7.736,85	9,70
<b>Total</b>	<b>11.961,30</b>	<b>15,00</b>

Fonte: Instituto Florestal

<sup>3</sup> **área de domínio indefinido:** toda porção de terra economicamente apreciável, que esteja, simultaneamente matriculada no registro Imobiliário em nome de mais de um dono, em continuação de transcrições ou matrículas diversas. Tais áreas compreendem diversas sobreposições de títulos numa mesma área; **área de domínio definitivo:** são áreas que foram desapropriadas e indenizadas totalmente e que, posteriormente, serão incorporadas ao patrimônio do Estado; **desapropriação direta:** é uma ação movida pelo Poder Público que se inicia pela declaração de utilidade pública sobre um bem individual, para incorporá-lo ao seu patrimônio, a fim de atender o objetivo específico da administração pública; **desapropriação indireta:** é uma ação movida pelo particular que teve seu bem imóvel apossado pelo Poder Público ou seus agentes; **imissão de posse provisória:** é o mandado judicial expedido na ação de desapropriação que autoriza a Administração Pública a imitir-se na posse do bem. A imissão na posse é *provisória*, quando o depósito é inicial e *definitiva* quando total; **terras devolutas estaduais:** são terras apuradas nas ações discriminatórias, sobre as quais não incidem nenhum título de domínio considerado legítimo.

Gráfico 1



Fonte: Instituto Florestal, 1998.

Da forma como está hoje, a situação dominial da EEJI, tem sérias implicações para a administração da EEJI: dificulta as atividades de fiscalização e controle da unidade, inclusive no que se refere à pesquisa e visitação, e torna impraticável o cumprimento legal de suas finalidades. Para os moradores, como os de Itinguçu, essa indeterminação promove a estagnação, o abandono da atividade agrícola de subsistência e o redirecionamento para atividades do setor da economia informal.

#### **Agricultura Familiar do bairro<sup>4</sup> Itinguçu**

Os moradores de Itinguçu (25 famílias, aproximadamente 126 pessoas), são migrantes vindos de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais ou mesmo da região do Vale do Ribeira e têm uma tradição de trabalho na lavoura. Os que vieram de Minas trabalharam “a meia”. Situação parecida foi encontrada em estudo no município de Sete Barras, onde “a maioria dos posseiros migrantes veio de regiões que foram e ainda são ocupadas pela pequena agricultura de subsistência, ou seja: Agreste Nordeste, Interior da Bahia, Espírito Santo e Zona da Mata Mineira” (ZAN 1986).

O processo de migração para Itinguçu apresenta um paralelo com o que também foi encontrado por (ZAN,1986) quando, afirma que a crise da agricultura de subsistência e da “sociedade cabocla” nos lugares de origem provocou o intenso movimento migratório dessas populações para as regiões economicamente mais desenvolvidas do país ou para a fronteira agrícola.

Com exceção das famílias de “barraqueiros<sup>5</sup>”, os demais vivem da agricultura de subsistência. Os sítios tem entre 10 e 20 alqueires. Mas a falta de renda dos moradores torna a agricultura uma tarefa extremamente difícil. Não raras vezes não dispõem de dinheiro para comprar semente para o plantio, sementes (de milho e feijão, principalmente) que são adquiridas em Peruíbe. A roça é a única alternativa de vida da maior parte dos moradores.

A pequena produção de subsistência de Itinguçu apresenta características comuns às do restante do País no que se refere à organização e estrutura das unidades produtivas

<sup>4</sup> Optou-se denominar Itinguçu “bairro”, pois, não tem a organicidade de uma comunidade no sentido de unidades domésticas relacionadas por parentesco, por divisão e organização do trabalho em atividades coletivas frequentes, mutirões agrícolas, batizados, festas religiosas e trocas de produtos, face às necessidades. A caracterização do bairro constante deste item foi elaborada a partir do levantamento de campo.

<sup>5</sup> Barraqueiros: denominação dos moradores que praticam o comércio local.

determinada pela organização da família conjugal. Na maior parte das vezes organizam-se em grupos de vizinhança estabelecendo relações sociais mínimas entre si, formando o bairro. Inicialmente, produziram com técnicas primitivas e uso extensivo do solo. No início não havia limitação de áreas. As roças ficavam entremeadas umas com as outras. Fazia-se o rodízio de áreas numa agricultura itinerante. Quando a área transformou-se em Estação, começaram as restrições tanto de área quanto na prática do cultivo, proibindo-se o uso de herbicidas e adubos. A produção comercial de banana gradativamente foi se extinguindo e com ela a principal fonte de renda. Hoje tem muita banana no mercado, o preço está muito baixo, e a cada dia que passa, o consumidor é mais exigente. O produto tem que atender aos padrões de qualidade, que só são obtidos com o uso de tecnologias que esses agricultores não podem adotar.

O meio natural do bairro é variado e dependendo da localização do sítio o solo e o relevo são melhores para certos plantios. A faixa de baixada é boa para a agricultura. Entretanto, está longe de uma produção comercial. Procedimentos tais como a pulverização, adubação são restringidos pelas características da Estação e a forma “natural” de produção não atende as exigências da produção competitiva. Já os sítios localizados na faixa de serra, não oferecem nem as condições naturais para a produção onde a erosão torna difícil qualquer agricultura.

Planta-se hoje para o consumo, produtos como o arroz, feijão, milho, mandioca, jaca, abacaxi, cana, batata, maracujá e gengibre. Por ser insuficiente, essa produção é complementada com produtos comprados em Peruíbe. A umidade é o principal problema para o cultivo do feijão. A mandioca e a cana são comercializadas entre os moradores locais.

A agricultura praticada entre os membros da família, é um trabalho sem especialização em que quase todos participam de uma forma ou outra. Observam-se aqui os baixos níveis da divisão de trabalho e da estratificação social, tal qual descrito por FRANCO (1969) referindo-se à sociedade caipira. Os instrumentos utilizados são rudimentares: cavadeira, machado, foice, enxada, enxadão, sem o uso de tração animal nem arado.

Hortaliças são pouco cultivadas devido à dificuldades com formigas e maresia.

As condições edafoclimáticas não favorecem o cultivo de algumas espécies de frutas como: manga, mixirica, melancia, coco. Caju muito pouco. Outras espécies são obtidas: cacau, goiaba, jabuticaba, laranja, poncã, fruta do conde, e guavirá. As dificuldades apontadas pelos moradores se devem à inadaptabilidade das culturas características do NE ao local.

Os entraves naturais à produção e a falta de condições para colocar o produto no mercado fazem com que não se sintam estimulados a reivindicar mais terra e ampliar a produção. A banana que poderia ser o melhor produto para a comercialização freqüentemente é perdida.

Para 19 famílias, aproximadamente, a única alternativa de vida é a roça já que não encontram outras possibilidades locais, seja pela idade, ou pela falta de instrução.

Poucos moradores do bairro possuem algum gado de leite e de corte. Os que tem vendem para fora. O gado de corte é vendido vivo e o de leite é só para consumo próprio.

É comum a criação de pequenos animais como porco e galinha para consumo próprio e mesmo incipiente comércio. Mas essa atividade vem sendo abandonada pelo aumento da ocorrência de roubos.

A despeito das dificuldades locais, alguns têm projetos para o futuro quanto a mandioca, plantio e processamento de palmito, embora este último seja legalmente proibido.

A Juréia é uma Estação Ecológica com legislação restritiva a qualquer introdução e manejo de espécies não nativas. Para as autoridades responsáveis pela Estação, o manejo de pupunha (palmito) representa a introdução de espécie exótica que legalmente não é possível. Neste aspecto, há que se levar em conta a sustentabilidade humana e então priorizar estudos

direcionados à comprovação da existência de condições danosas ou não desses procedimentos e mesmo discutir a mudança necessária da Lei.

Itinguçu apresenta características semelhantes aos enfrentados pela agricultura familiar de outras localidades como as da região sudoeste do Estado de São Paulo, abordados por OLIVETTE, NOGUEIRA E MELLO (2000) no que se refere a saúde, educação, tecnologias específicas e operacionais visando aumentar a produtividade das culturas em manejo orgânico, políticas públicas específicas, de crédito específico. Tal semelhança indica antes uma consequência do modelo de desenvolvimento econômico adotado no País, do que características de situações isoladas.

### **Impactos na Agricultura Familiar em Itinguçu**

As atividades agrícolas em Itinguçu encontram sérias dificuldades, decorrentes das restrições legais, da complexa situação fundiária, da ausência de políticas direcionadas a esse segmento da agricultura familiar e da falta de perspectiva social da população.

As condições climáticas não favorecem o desenvolvimento da agricultura. O excesso de chuvas acarreta uma baixa produtividade e frequentemente a perda total da produção. As áreas de encostas são difíceis para a agricultura, pois o terreno, sujeito à constante erosão, não apresenta fertilidade suficiente. Nessas áreas é impossível a produção de lavoura branca. A atividade agrícola mais rentável – a banana – foi abandonada pelas restrições impostas ao uso de fertilizantes e herbicidas. A comercialização também é problemática, quando há produção faltam canais de comercialização e transporte. A morosidade na solução das questões fundiárias promove o desestímulo à produção. Não há rentabilidade suficiente para o investimento na produção.

Itinguçu sofre também a concorrência da rentabilidade das atividades diretas e indiretas do comércio local, não dispondo de apóio e orientação técnica para a agricultura possível, o caminho mais imediato é o abandono da atividade.

A ausência de projetos agrícolas e planos de manejo adaptados às condições locais impedem o desenvolvimento de uma atividade agrícola na área que poderia contribuir para a manutenção sustentável desse núcleo de população no local.

As indefinições da situação do morador por parte das autoridades responsáveis, cria a apreensão quanto às perspectivas futuras, induzindo ao abandono da atividade agrícola e migração do trabalho para atividades não agrícolas. O resultado é a degradação e concentração do trabalho em atividades relacionadas ao turismo.

Observa-se em Itinguçu uma desintegração da agricultura familiar causada principalmente pelas restrições legais impostas com a criação da Estação Ecológica no que se refere à terra, ao trabalho e investimentos.

Outra área problemática no bairro é a do meio ambiente. As irregularidades na coleta do lixo afetam o meio ambiente. Sendo um bairro sob a jurisdição de Iguape situado na fronteira do Municípios de Peruíbe a Prefeitura deste é que acaba se encarregando da coleta, já que não existe acesso à Iguape. Todavia a ambigüidade da atribuição prática municipal reflete-se na irregularidade da coleta, resultando na poluição e contaminação da rede hidrográfica com acúmulo de insetos e ratos, focos de doenças.

A proibição de construção de novas moradias – novos núcleos familiares - impele-os à atividades informais, quando não marginais.

A proximidade da cidade balneária de Peruíbe, assim como as atividades relacionadas ao turismo impactam também e sobretudo as novas gerações adotam atitudes, valores e elaboram projetos para o futuro, de difícil execução dadas as limitações econômicas e educacionais.

## **CONCLUSÕES**

A análise das condições da população moradora de Itinguçu revelou que os entraves que afetam a produção agrícola, quais sejam: a legislação restritiva da Estação Ecológica; as adversidades do meio natural; a escassez de renda; a ausência de infra-estrutura necessária de acesso aos mercados, impedem o desenvolvimento local sustentável.

Soluções alternativas de uma perspectiva antropocêntrica, já que grande parte dos problemas advém das questões sociais e econômicas da população, podem promover a inclusão social dessas populações. Ignorar ou excluir do espectro da ecologia a população que historicamente ocupa o local há anos, significa ignorar importante parcela da realidade, aquela onde se dá a interação homem-natureza.

Observou-se a necessidade do desenvolvimento de estudos e pesquisas que visem a identificação das compatibilidades edafoclimáticas e os planos de manejo para culturas compatíveis com o ecossistema, assim como a elaboração de políticas e a criação de estruturas necessárias às instituições responsáveis pela Estação, bastando para isso, uma dotação de recursos específicos.

Estudos dos processos alternativos de adubação e combate às pragas seriam uma forma de superar a falta de insumos eficazes que possibilitem a produção agrícola e agroflorestal. A ambigüidade vigente de atuação municipal sobre Itinguçu seria outra providência necessária para a conservação local, ea instalação da infra-estrutura necessária ao transporte de mercadorias ao centro urbano mais próximo – Peruíbe.

O desenvolvimento de um trabalho junto à comunidade, visando o associativismo e restabelecendo a Associação dos moradores locais no sentido de industrialização e venda da banana seria outro caminho no sentido de se contrapor à fragilidade do espírito comunitário observado.

A solução das questões fundiárias e dominiais de Itinguçu são, do ponto de vista da sustentabilidade, prementes uma vez que, para os moradores a indeterminação legal e dominial existente promove a estagnação, o abandono da atividade agrícola de subsistência e o redirecionamento para atividades do setor da economia informal. Do ponto de vista da administração pública, a solução fundiária também seria um grande avanço, pois, incorporadas ao patrimônio público as áreas já ajuizadas, constituiriam mais de 70% da área da Estação garantidas legalmente.

A desintegração da agricultura familiar observada, pela falta de inserção da população - principalmente da população mais jovem, termina nos descaminhos do desemprego e da marginalidade.

A falta de qualificação necessária aos poucos empregos existentes na cidade mais próxima, Peruíbe, indicam que novas formas de inserção deverão ser estudadas.

Programas e estratégias que não comprometam a sobrevivência dos habitantes deverão levar em conta o conhecimento das técnicas patrimoniais das "comunidades", adquirido na estreita relação entre o homem e a natureza e dos laços estabelecidos com a região.

Associações, órgãos estaduais e entidades não governamentais que já atuam na área deverão definir tais programas com a participação efetiva da "comunidade", considerando o etnoconhecimento adquirido por estas. Há que se apontar aqui que os problemas detectados em Itinguçu não se restringem a esse bairro, mas a muitos outros dentro da Estação Ecológica Juréia-Itatins.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- DURHAN, Eunice R. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo  
Editora Perspectiva S.A., São Paulo, 1973
- FRANCO, M. S. de Carvalho Homens Livres na Ordem Escravocrata, Kairós Livraria e  
Editora Ltda., 1983
- MINISTÉRIO ALEMÃO DE COOPERAÇÃO ECONOMICA. ZOPP: iniciação ao  
método, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit-GTZ. Berlin, s.d. mimeo.
- MARQUES, , Antonio A.U e VACCARO, S. Relatório de Estágio realizado na Estação  
Ecológica de Juréia-Itatins, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências  
Rurais, Depto. de Ciências Florestais, Santa Maria - RS, 1992 (mimeo).
- MUZILLI, Osmar, Diagnostico rápido participativo (DRP). Londrina, 1997. Mimeo.
- MUZILLI, O. GENU, P.J. C., GOEDERT, W.; SANTOS, M. de M. "Desenvolvimento no  
enfoque de P & D", Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n.2, p.113-128,  
maio/ago. 1998.
- WILLEMS, Emílio Uma Vila Brasileira - tradição e transição, Corpo e Alma do Brasil, IV,  
Difusão Européia do Livro, 1961.
- RICHARDS, A . I. - "The development of Field Work method in Social Anthropology", in  
The study of society: methods and problems, Bartlett, F., Ginsberg, M., Lindgren E.J. and  
Thouless, R.H., Routledge & Kegan Paul Ltd., London, 1962.
- ZAN, J. R. Conflito de Terra no Vale do Ribeira: estudo sobre pequenos posseiros em luta  
pela terra no município de Sete Barras Dissert.Mestrado Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da USP, S`ao Paulo, 1986.